



Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário
4ª Vara Cível da Comarca de Caruaru

AV JOSÉ FLORÊNCIO FILHO, MAURÍCIO DE NASSAU, CARUARU - PE - CEP: 55014-837 - F:(81) 37257400

Processo nº **0025280-51.2023.8.17.2480**

REQUERENTE: MAMUTE BURGUER EIRELI, M.B FOODS LTDA, M MAMUTE B LTDA

DECISÃO

Na forma do art.52 da lei 11.101/2005, estando em termos a documentação exigida no art. 51 será deferida o processamento da recuperação judicial. Contudo, compulsando-se os autos, verifica-se que as peças não foram nomeadas de acordo com a nomenclatura e a sequência determinada no art. 51 da lei 11.101/2005. Assim sendo, levando-se em consideração que o rol de documentos listado no art. 51 é extenso e abrir documento por documento para conferir se ele situa-se entre os listados no art.51, já que não estão com a identificação do art. 51 e seus incisos, seria contraproducente e causaria prejuízo à celeridade processual.

Verifica-se, em verdade, que diversos documentos estão ausentes ou foram juntados em parte. Por exemplo, no art.51, inc. IV diz que a petição será instruída com a relação integral dos empregados, em que constem as respectivas funções, salários, indenizações e outras parcelas a que têm direito, com o correspondente mês de competência, e a discriminação dos valores pendentes de pagamento. Contudo, compulsando-se os autos não se verifica documento que indique essa nomenclatura, tendo que a procura ser feita abrindo-se documento por documento para saber se algumas das peças tem essa informação. Assim sendo, apesar de o requerente ter nomeada os documentos não o fez nos termos e na sequência do art 51 da lei 11.101/2005 parra contribuir com a celeridade processual.

Observo, em verdade, ausência dos seguintes documentos obrigatórios, em conformidade com o art. 51, da Lei nº 11.101/2005, os determinados nos incisos II b, c, d; III, IV, VI, VIII. Constam em parte os determinados nos incisos I; II; II, a; V; VII; IX; XI, razão pela qual devem ser juntados ou complementados, sob pena de indeferimento da inicial.

Neste viés, considerando que o autor não nominou os documentos conforme requer o art.51, bem como não os nomeou na sequência determinada pelo mencionado artigo, **determino sua intimação para EMENDAR A INICIAL a fim de inseri-los e reinseri-los (complementando os ausentes), com nomeação adequada, na ordem e na nomenclatura do art. 51 da Lei nº 11.101/2005**, evitando o tumulto processual e lentidão, de modo que, quando necessário compulsar determinado documento não tenha o



Este documento foi gerado pelo usuário 070.***-52 em 05/02/2024 15:18:31

Número do documento: 23122011235363800000152439325

<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23122011235363800000152439325>

Assinado eletronicamente por: PRISCILA VASCONCELOS AREAL CABRAL FARIAS PATRIOTA - 20/12/2023 11:23:53

Magistrado ou a parte adversa que abrir prova a prova para visualizar a desejada, o que impacta, por óbvio, na própria celeridade processual.

Fixo o prazo para o cumprimento da presente EMENDA de 15 dias, sob pena de indeferimento da inicial.

Não havendo emenda, voltem-me conclusos para SENTENÇA DE EXTINÇÃO, com etiqueta indicativa.

Havendo emenda e pagamento, voltem-me para análise da liminar, alocando-se o processo em “**MINUTAR TUTELA DE URGÊNCIA**”.

Na hipótese de INTERPOSIÇÃO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO, SUSPENDA-SE O PROCESSO até que haja o seu julgamento, acaso recebido no efeito SUSPENSIVO, ocasião em que deve a DCRA diligenciar a cada 3 meses a fim de obter informações quanto ao seu trânsito em julgado.

Não sendo recebido no efeito suspensivo ou, ainda, acaso recebido após o seu trânsito em julgado, CUMPRA-SE em conformidade com o que segue, SALVO se sobrevier decisão modificativa.

Cumpra-se.

Caruaru, data da assinatura eletrônica.

Priscila Vasconcelos Areal Cabral Farias Patriota

Juíza de Direito





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário
4ª Vara Cível da Comarca de Caruaru

AV JOSÉ FLORÊNCIO FILHO, MAURÍCIO DE NASSAU, CARUARU - PE - CEP: 55014-837 - F:(81) 37257400

Processo nº **0025280-51.2023.8.17.2480**

REQUERENTE: MAMUTE BURGUER EIRELI, M.B FOODS LTDA, M MAMUTE B LTDA

DECISÃO

(com força de mandado/ofício)

Cuida-se de ação de recuperação judicial de empresa proposta por MAMUTE BURGUER LTDA, MB FOODS LTDA e MAMUTE BURGUER B LTDA, denominadas "GRUPO MAMUTE".

Aduz, em síntese, que são sociedade empresária, constituídas sob a forma de sociedades limitadas, cuja principal atividade é "lanchonetes, casas de chás, sucos e similares". Contudo, em razão de fatores exógenos passaram a enfrentar crise econômica, acentuada pela Pandemia Mundial de Covid19, em 2020, e estado de Calamidade Pública decretado pelo Decreto Legislativo nº 6/2020, impactando severamente o fluxo de caixa da empresa, o que inviabilizou o pagamento de mão de obra, tributos e fornecedores.

Sustenta que existe capacidade de soerguimento e de plena recuperação e, assim, pede seja deferido o processamento da presente ação nos moldes previstos em lei com a suspensão, pelo prazo de 180 dias, prorrogáveis por igual período, de todas as ações e execuções contra a requerente.

Com a inicial documentos foram anexados.

Decisão determinando a emenda em ID [156057576](#).

Vieram os autos conclusos.

É o relatório. Decido.



Este documento foi gerado pelo usuário 070.***-52 em 05/02/2024 15:18:31

Número do documento: 24020214502644200000156264358

<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24020214502644200000156264358>

Assinado eletronicamente por: PRISCILA VASCONCELOS AREAL CABRAL FARIAS PATRIOTA - 02/02/2024 14:50:26

Destaco, a priori, que apesar de não ter sido realizada a emenda a inicial, constado que não houve exaurimento do prazo, já que intimada a parte autora aos 20.12.2023, houve a suspensão dos prazos em virtude do recesso forense e da previsão legal constante no art. 220, de modo que a contagem do prazo iniciou-se aos 22.01.2024, tão somente.

Não obstante, para fins de celeridade e economia processual e, ainda, considerando a análise pendente de pedido liminar, a fim de que não haja prejuízos para o autor, passo a DECIDIR.

No que tange aos pressupostos para o pedido de recuperação judicial, nos termos do artigo 48 da Lei 11.101/2005, verifico que as empresas estão constituídas há mais de três anos (ID [155897247](#), [155897253](#)) e não se apresentam impedimentos previstos nos incisos I, II, III e IV do mencionado artigo.

Quanto ao objetivo primordial da recuperação judicial – superação da situação de crise econômico-financeira do devedor (artigo 47) – observo que a empresa, não obstante vertiginoso crescimento inicialmente apresentado, ostenta demonstrativos contábeis anexados a inicial que, numa análise perfunctória que me é dado fazer neste momento, referendam a situação de crise financeira que enfrenta, eis que identificados problemas de fluxo de caixa e possível comprometimento de sua higidez financeira capaz de conduzi-la à crise, conforme faz prova certidão de ações trabalhistas em curso e de débitos fiscais.

Vale lembrar que, conforme leciona Fábio Ulhôa Coelho:

“...a crise da empresa pode manifestar-se de formas variadas. Ela é econômica quando as vendas de produtos ou serviços não se realizam na quantidade necessárias à manutenção do negócio. É financeira quando falta à sociedade empresária dinheiro em caixa para pagar suas obrigações. Finalmente, a crise é patrimonial se o ativo é inferior ao passivo, se as dívidas superam os bens da sociedade empresária” (Curso de Direito Comercial, Ed. Saraiva, 13ª Edição.)

Além disso, na sábia lição do professor Jorge Lobo, advogado especialista em aquisição, reestruturação e recuperação de empresas, ao perceber o estado de crise da empresa:

“Administradores prudentes, observando que podem sobrevir, por causas de diferentes espécies, primeiro o inadimplemento, segundo a iliquidez e, por fim, a insolvência da empresa, devem adotar as providências necessárias á propositura da ação de recuperação judicial, para que lhes seja permitido readequar as atividades sociais e o giro dos negócios, por exemplo, quando (...) a sociedade empresária, embora em dia no pagamento de suas dívidas e com patrimônio líquido positivo, for levada à ação de recuperação se constatar com base no fluxo de caixa da sociedade, que ela se tornará ilíquida e, a curto ou médio prazo, insolvente” (Comentários à Lei de Recuperação de Empresas e Falência/coordenadores Carlos Henrique Abraão e Paulo F. C. Salles de Toledo, 6ª Ed. São Paulo, Saraiva, ano 2016,)

Entendo, assim, que a petição inicial aponta elementos mínimos de convicção de que a empresa atravessa situação de crise econômico-financeira e seja recomendável a recuperação judicial para a sua superação, cabendo à assembleia de credores, verdadeiros juízes da causa, referendar ou não se a empresa atravessa a alegada crise.

Ademais, em que pese a ausência de apresentação de todos os documentos indispensáveis à propositura da



demanda, na forma dos artigos 51 e 52, da Lei 11.101/2005, nada obsta que haja a análise do pedido de processamento da recuperação judicial e da liminar, a uma porque ainda não se exauriu o prazo de emenda, a duas porque os referidos documentos poderão ainda ser juntados, a três e principalmente porque nada obsta que em não havendo a juntada dos documentos haja o indeferimento da inicial, com a consequente extinção do processo sem resolução do mérito e revogação desta decisão de imediato.

Assim, estando o pedido em consonância com as informações e os documentos que acompanham a inicial, na forma dos artigos 51 e 52, da Lei 11.101/2005:

a) Defiro o processamento da Recuperação Judicial, devendo a empresa acrescentar após seu nome empresarial a expressão “em recuperação judicial”, nos termos do artigo 69 da Lei 11.105/2006;

b) Dispensar a apresentação de certidões negativas para que o devedor exerça suas atividades, exceto para contratação com o Poder Público ou para recebimento de benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios;

c) Determino a suspensão de todas as ações ou execuções contra o devedor, pelo prazo de 180 dias úteis, na forma do art. 6º da Lei 11.101/2005, permanecendo os respectivos autos no juízo onde se processam, ressalvadas as ações previstas nos §§ 1º, 2º e 7º do art. 6º e as relativas a créditos excetuados na forma dos §§ 3º e 4º do art. 49, ambos da Lei 11.101/2005.

d) Defiro ao devedor a apresentação de contas demonstrativas mensais enquanto perdurar a recuperação judicial, sob pena de destituição de seus administradores;

e) *Determino a intimação do Ministério Público e a comunicação, por meio eletrônico, à Fazenda Pública Federal e de todos os Estados e Municípios em que o devedor tiver estabelecimento, bem como à junta comercial, para fins de anotação do pedido de recuperação;*

f) Determino a expedição de edital, para publicação no órgão oficial, que conterá as exigências do § 1º, do Art. 52, da Lei 11.101/2005;

g) Determino a intimação da Requerente para que apresente em juízo o plano de recuperação, no prazo improrrogável de 60 (sessenta) dias da publicação da decisão que deferir o processamento da recuperação judicial, sob pena de convalidação em falência;

Designo como administradora judicial a empresa **BEZERRA DE MENDONÇA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA.**, nomeando como responsável pela condução do processo o Dr. **Fernando Victor Bezerra de Mendonça**, inscrito na OAB/PE 39.719, com endereço para todas e quaisquer comunicações na Rua Alfredo Coutinho, nº 95, CXPST 138, Poço da Panela, Recife/PE, CEP: 52.061-130, telefone para contato (81) 98649.0741 e (81) 99188-8535, devendo assinar o termo de compromisso, sob pena de substituição.

A administradora judicial deverá se dedicar à fiscalização das atividades da devedora, inclusive no que diz respeito ao período anterior à data do pedido, com vistas a apurar eventual conduta culposa ou dolosa dos sócios e administradores que possa ter contribuído para a crise. A apuração deve ser feita de modo a levantar, inclusive, todo o passivo extraconcursal da recuperanda, mediante análise de documentos por ela fornecidos. Deverá ainda apurar as movimentações financeiras e negócios entre as partes, fornecendo aos credores informações amplas e precisas sobre a situação da recuperanda. Os relatórios das atividades da



recuperanda deverão ser apresentados nos autos para amplo conhecimento dos credores.

Arbitro honorários correspondentes a 04 (quatro) salários-mínimos mensais, considerando as atribuições que lhe são cometidas e a capacidade de pagamento do devedor, nos termos do artigo 24 parágrafo 5º da Lei de 11.101/2006, que deverão ser depositados todo dia 05 de cada mês, o primeiro em 05.03.2024.

Caruaru, data de assinatura eletrônica.

Priscila Vasconcelos Areal Cabral Farias Patriota

Juíza de Direito

